



## RESENHA

### ESTADO E CAPITAL

---

**Rafael Rossi**

*Universidade Estadual Paulista*

RESENHA: MÉSZÁROS, István. **A montanha que devemos conquistar**: reflexões acerca do Estado. São Paulo: Boitempo, 2015.

István Mészáros é, com certeza, um dos críticos radicais na atualidade – em sentido marxiano – do sistema sociometabólico do capital em suas mais multifacetadas e diversas dimensões e aspectos. Discípulo de Gyorgy Lukács, Mészáros não rompe com a perspectiva ontológica marxiana de seu mestre e a desenvolve num complexo categorial e analítico fidedigno às delimitações e significações instauradas por Marx. Não apenas no que diz respeito à esfera econômica e suas derivações e interferências em outros complexos – no âmbito do capitalismo – é rigorosamente criticado por Mészáros, mas também e *pari passu*, as inúmeras constatações históricas da impossibilidade real de efetivação material das perspectivas reformistas, incluindo as ponderações dos “utópicos” dos tempos de Marx, passando pela socialdemocracia até o “socialismo Mickey Mouse” da contemporaneidade.

Esta é a marca indelével que perpassa os escritos de Mészáros: sua crítica fundamentada a toda e qualquer perspectiva reformista ao capital e a necessária superação da totalidade deste sistema sociometabólico de controle incontrolável e incorrigível por uma ofensiva estrategicamente abrangente que proponha uma abordagem - “solução” – de cunho estrutural. Estas características também se fazem presentes no seu mais recente livro publicado em 2015 em língua portuguesa e que possui como título: “*A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado*”. Por isso é importante “limparmos o terreno” ao fazer uma resenha sobre esta obra, ou seja, é imprescindível deixar claro ao leitor a postura de cunho revolucionário e respaldado na ontologia marxiana que está presente nas análises meszarianas. Dizemos que essa “limpeza de terreno” é imprescindível para dirimir, logo de saída, qualquer possibilidade de dúvida quanto à função social do Estado no interior do pensamento do filósofo húngaro.

Desta forma, a partir de tais breves considerações, o livro aqui resenhado, é constituído: Introdução, sete capítulos, conclusão e dois apêndices (o apêndice 01 é uma versão revisada do capítulo 13 de *Para além do capital* e o apêndice 02 é uma entrevista de Mészáros concedida à jornalista Eleonora de Lucena e que fora

publicada no caderno *Ilustríssima* do jornal *Folha de São Paulo* em 17 de novembro de 2013).

O filósofo húngaro na análise do Estado e suas “promessas” de “salvação e almejada superação” das desigualdades sociais, nos explica que tais tentativas pseudocorretivas “desde intervenções militares perigosas para enfrentar colapsos financeiros graves em uma escala monumental, incluindo as operações de resgate do capitalismo privado realizado pela sempre crescente dívida pública da ordem e trilhões de dólares – parecem agravar os problemas, apesar das vãs garantias em contrário” (MÉSZÁROS, 2015, p.15). Com efeito, tal função corretiva do Estado constituído do capital implicou a manutenção, proteção e fortalecimento dos imperativos “irreprimíveis” da autoexpansão do sistema e, inclusive em nossos dias, que - em face da crise estrutural que vivemos – coloca o próprio futuro da humanidade em questão. Em razão disto que o autor defende uma crítica radical dos fundamentos do Estado, já que “a modalidade historicamente estabelecida de tomada de decisão global afeta mais ou menos diretamente a totalidade das funções reprodutivas da sociedade” (MÉSZÁROS, 2015, p. 16).

Retomando a reflexão marxiana de crítica ao Estado e não apenas ao Estado capitalista, Mézáros considera a tarefa - em sentido teórico e prático – do completo fenecimento das formações estatais. Não é possível vislumbrar a superação da ordem sociometabólica do capital sem a superação de tais formações estatais do “sistema reprodutivo material estabelecido” e isso, mesmo em situações em que os acontecimentos históricos sinalizam “de modo desencorajador” em sentido contrário. Todavia, como veremos, o autor em alguns trechos explicita uma forma de escrita que pode favorecer em confusões no âmbito desta discussão.

O Estado possui um elemento fundamental em ser levado em consideração que é abordado neste livro: a “ilegalidade do Estado”. Tal ilegalidade se baseia – no argumento desenvolvido pelo autor – na “lei do mais forte”, isto é, no sentido da dimensão prática no âmbito da decisão política global que impera sob a hegemonia do capital. Dessa maneira, a “lei” precisa ser definida e funcionar em conformidade com as alterações inerentes aos “antagonismos fundamentais” inextricavelmente articulados ao metabolismo de reprodução social do capital. A legitimidade do Estado se dá, em alguns momentos, pelas “normas constitucionais” e, em outros casos, pela violação ou suspensão de tais normas. Assim a ilegalidade encontra fundamento na “lei do mais forte” e nas próprias determinações de classe do Estado.

Ilegalidade e “lei do mais forte” reafirmam a inserção do Estado em meio ao sistema sociometabólico do capital sob os imperativos de autoexpansão e reprodução deste. O argumento de Mézáros, dessa forma, nos alerta que a partir de tal concepção crítica não é possível abrir margem à defesa de algum tipo de “comunidade utópica de vila bucólica”. O posicionamento do filósofo húngaro – ao contrário de muitos autores mesmo no amplo campo marxista – não diz adeus à categoria do trabalho (tanto em seu sentido ontológico, isto é, enquanto intercâmbio orgânico do homem com a natureza e presente em todas as

formações sociais; quanto à crítica ao trabalho abstrato, inerente ao capitalismo) em nome de uma “crença” na política e no Estado. Ao contrário, ele - enquanto teórico socialista – afirma a necessidade dos indivíduos livremente associados, baseando-se nas análises do próprio Marx e, portanto, não corrobora com os discursos politicistas e reformistas que procuram alguma saída no interior da lógica de funcionamento estrutural do capital.

Dois aspectos, contudo, merecem atenção na leitura do livro aqui em debate. O primeiro é a afirmação do autor no apêndice 01 que trata, no início do texto, a respeito da história dos Estados pós-capitalistas. Mészáros afirma:

[...] o ato de libertação não pode ser separado do processo de libertação, e desde que **o Estado político, apesar de condicionado, é também e simultaneamente um fator condicionante vital**, a emancipação socialista da sociedade da regência opressiva da esfera política necessariamente pressupõe a radical transformação da política propriamente dita. Isto significa que **a transcendência do Estado pretendida apenas pode ser realizada por meio da instrumentalidade pesadamente condicionante do próprio Estado**. (MÉSZÁROS, 2015, p. 114-115, grifos nossos)

Além desta passagem, também consta no mesmo apêndice (que, como afirmamos, é uma visão revisada do capítulo 13 de *“Para além do Capital”*) a seguinte argumentação:

Já que para o futuro previsível os horizontes da política como tal não podem ser transcendidos, **isso significa simultaneamente “negar” o Estado e atuar no seu interior**. Como órgão geral da ordem social estabelecida, **o Estado é inevitavelmente predisposto a favorecer o presente imediato** e resiste à realização das generosas perspectivas históricas da transformação socialista que postulam o “fenecimento” do Estado. (MÉSZÁROS, 2015, p. 164, grifos nossos)

Estas reflexões parecem apontar para uma possível contradição no pensamento do autor: Como pode afirmar que o Estado também é um fator “condicionante vital” e que a “transcendência do Estado pretendida apenas pode ser realizada por meio da instrumentalidade pesadamente condicionante do próprio Estado”? Mais ainda... O que significa o argumento de que “já que para o futuro previsível

os horizontes da política como tal não podem ser transcendidos, isso significa simultaneamente “negar” o Estado e atuar no seu interior”? Estes trechos, em nossa análise, precisam ser revistos no sentido de não incorrer em incoerências com a própria perspectiva marxiana e que o autor defende. Há, claramente, nestas passagens uma supervalorização do papel do Estado e do momento político no processo de transição. Contudo, não devemos esquecer que a “alma social” que Marx em várias ocasiões sinalizou é a superação do trabalho assalariado, ou seja, do trabalho subordinado aos imperativos de reprodução do capital.

Interessante observar que o próprio autor reconhece a importância desta reflexão a partir da discussão do trabalho, pois ao afirmar que:

[...] o “fenecimento” do Estado implica não apenas o “fenecimento” do capital (como o controlador objetivado e reificado da ordem social-reprodutiva), mas também **a autotranscendência do trabalho da condição de subordinado aos imperativos materiais do capital** imposta pelo sistema prevaiente da divisão estrutural/hierárquica de trabalho e poder estatal (MÉSZÁROS, 2015, p. 171, grifos nossos)

Por isso, entendemos que os trechos citados anteriormente precisam ser revistos, pois levam a uma confusão que é absolutamente desnecessária para a perspectiva revolucionária/socialista. De qualquer modo, em linhas gerais, Mézáros é implacável com a necessária tarefa histórica a respeito da “montanha que devemos conquistar” e nos afirma que: “O verdadeiro desafio é, portanto, **a superação historicamente sustentável dos antagonismos** estruturalmente entrincheirados nas células constitutivas **da ordem social do capital**” que “**são responsáveis pela centrifugalidade de suas determinações sistêmicas incuráveis**” (MÉSZÁROS, 2015, p. 21, grifos nossos).

Contato com o autor: Rafael Rossi <rafaelrossi6789@hotmail.com>

Recebido em: 19/06/2016

Aprovado em: 30/06/2016

---

<sup>i</sup> Para o filósofo húngaro esta expressão designa toda política que se afirma enquanto socialista, porém que abandonou do horizonte de luta tudo que diz respeito ao socialismo. O contexto em que Mézáros utiliza essa expressão é marcado pela inauguração de um parque de diversões na França que teria sido comparado à Disneylândia e o personagem do camundongo famoso dos desenhos norte-americanos estava em evidência, assim como os partidos social-democratas que receberam tal empreendimento com grande entusiasmo, por isso, a crítica ao chamado “socialismo Mickey Mouse”.